

Programa Primeira Infância no SUAS e Programa Criança Feliz

**158ª Reunião da Comissão Intergestores
Tripartite**

Brasília, 03 de agosto de 2017

Pobreza, abusos, maltratos e privações

**Problemas de
comportamento**

**Problemas
de saúde
mental**

**Problemas
imunológicos
e câncer**

Uso de drogas

Alcoolismo

Asma

Agressão

**Doença
Coronária
Cardíaca**

**Hipertensão
Arterial**

**Pensamentos
suicidas**

Obesidade

Depressão

**Comportamento
antissocial**

Impulsividade

**Envelhecimento e
perda de memória**

**Diabetes
não insulino
dependente**

**Stress
excessivo**

Ansiedade

Delinquência

Cuidados, amor, carinho e condições

**Vida mais
saudável**

**Crianças vulneráveis
mais protegidas**

**Maior
responsabilidade
social**

**Melhor aptidão
Intelectual**

**Maiores
salários**

Melhora nutrição

**Sucesso
na escola**

**Mais
Matrículas
na
escola**

**Menos
adolescentes
grávidas**

Menos prisões

**Menos
Violência**

**Melhora da
saúde**

**Maior Status
econômico**

**Redução na
probabilidade
de cometer crimes**

**Contribuição para
quebrar o ciclo
da pobreza**

**Meninas melhor
preparadas**

Menos evasão

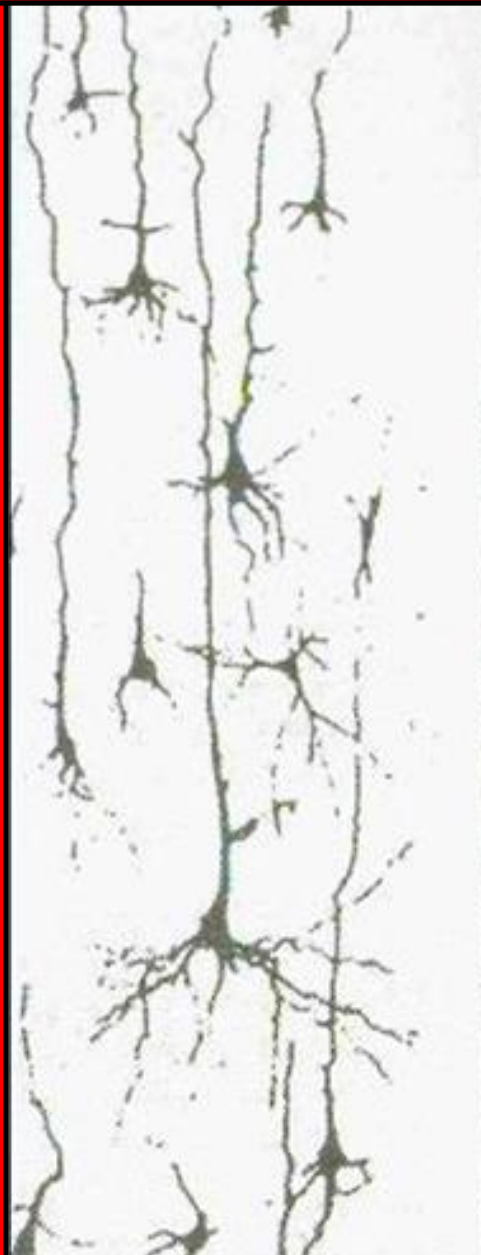
Cultura da Paz

**Menos
repetência**





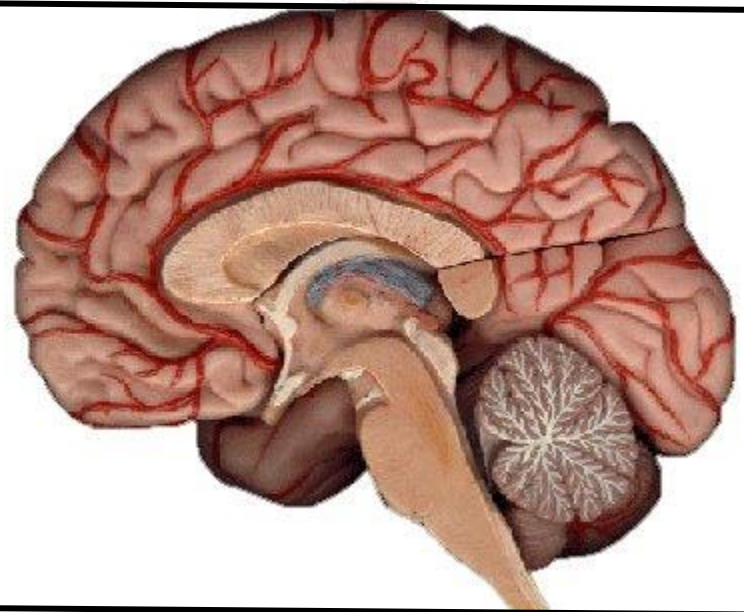
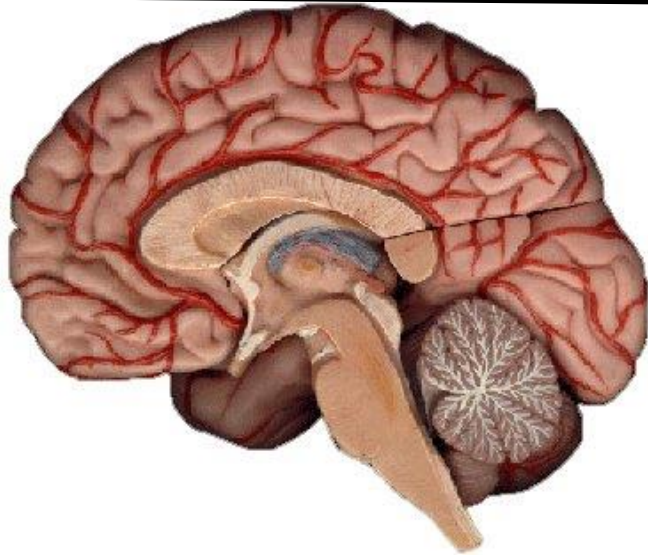




Source: Rethinking the Brain, Families and Work Institute, Rima Shore, 1997; Founders Network

Cérebro criança
3 anos

Cérebro
adulto

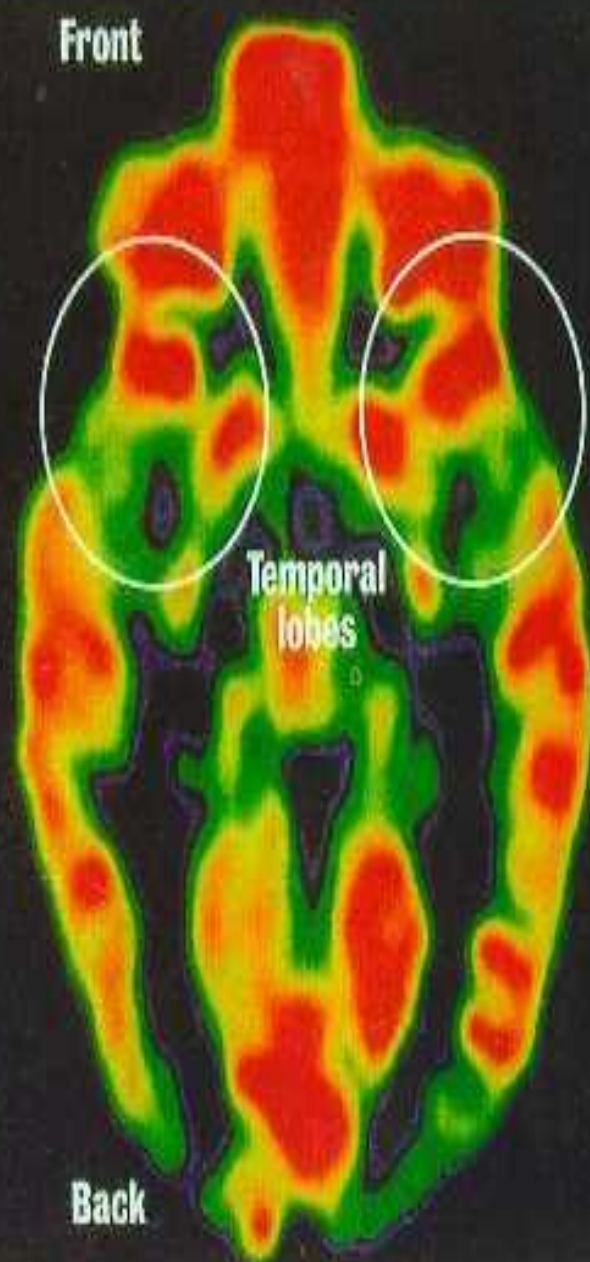


1.100 g

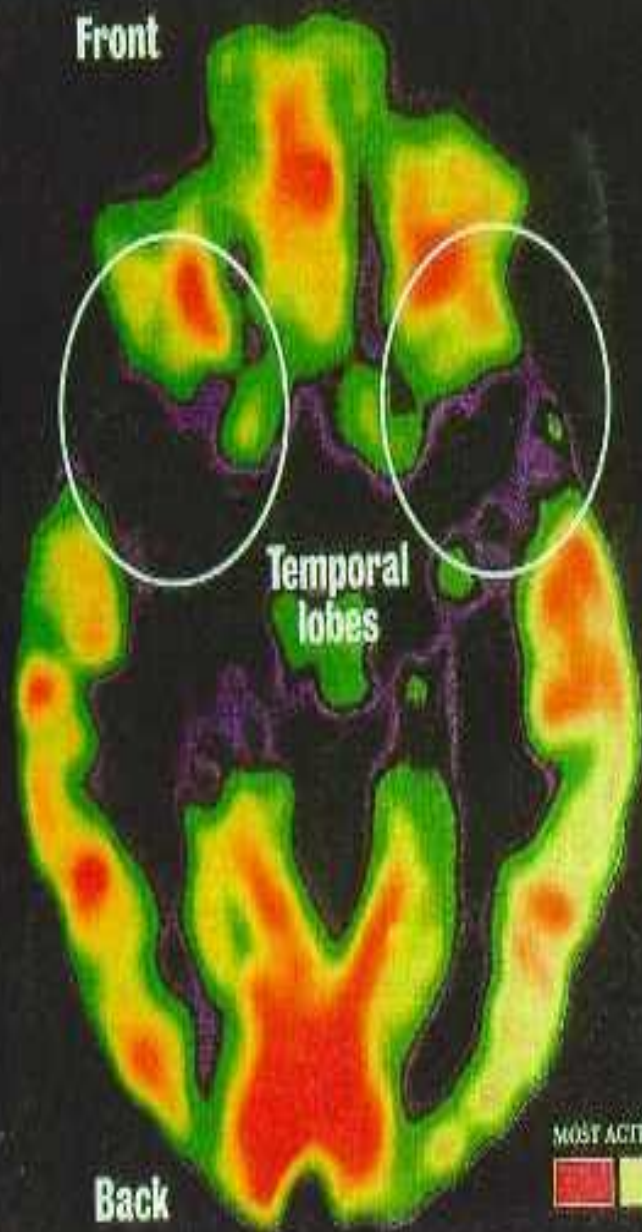
1.300 a 1.400 g

Healthy Brain

This PET scan of the brain of a normal child shows regions of high (red) and low (blue and black) activity. At birth, only primitive structures such as the brain stem (center) are fully functional; in regions like the temporal lobes (top), early childhood experiences wire the circuits.



Front



An Abused Brain

This PET scan of the brain of a Romanian orphan, who was institutionalized shortly after birth, shows the effect of extreme deprivation in infancy. The temporal lobes (top), which regulate emotions and receive input from the senses, are nearly quiescent. Such children suffer emotional and cognitive problems.





BALANÇO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

CIT - Brasília, 03 de agosto de 2017



5.570

**TOTAL DE
MUNICÍPIOS**

3.279

**MUNICÍPIOS
ELEGÍVEIS**

2.484

75,8%

**MUNICÍPIOS
COM ADEÇÃO**



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



17

**Comitês Gestores
Estaduais**

10

**Comitês Gestores
Estaduais e DF**

81

**Multiplicadores
capacitados**

13

**Multiplicadores
necessários**

1.479

**Supervisores
contratados**

1.090

**Supervisores
necessários**

1.668

**Visitadores
contratados**

9.839

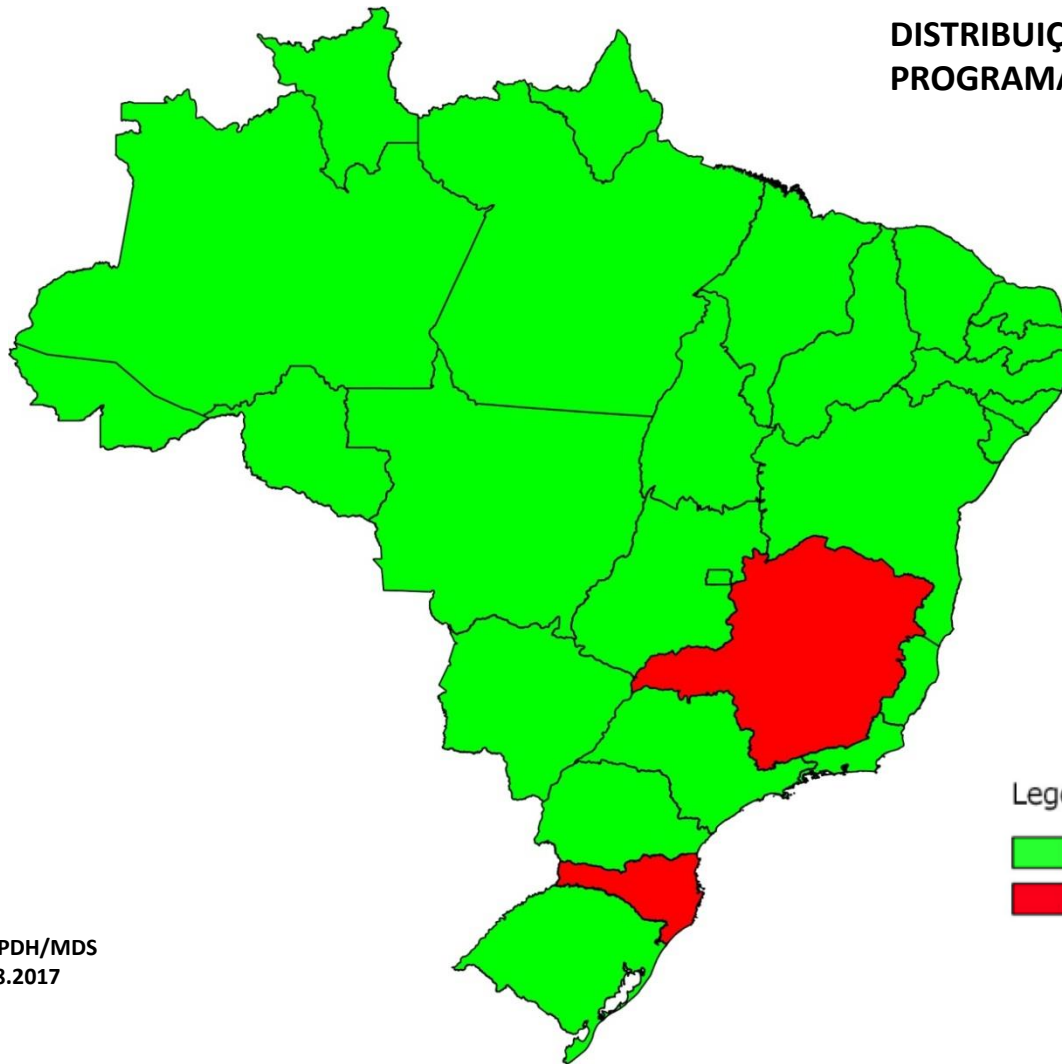
**Visitadores
necessários**



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



DISTRIBUIÇÃO ESPECIAL DA ADEÇÃO AO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ POR UF



Legenda

- UF aderida ao Programa
- UF não aderida ao Programa

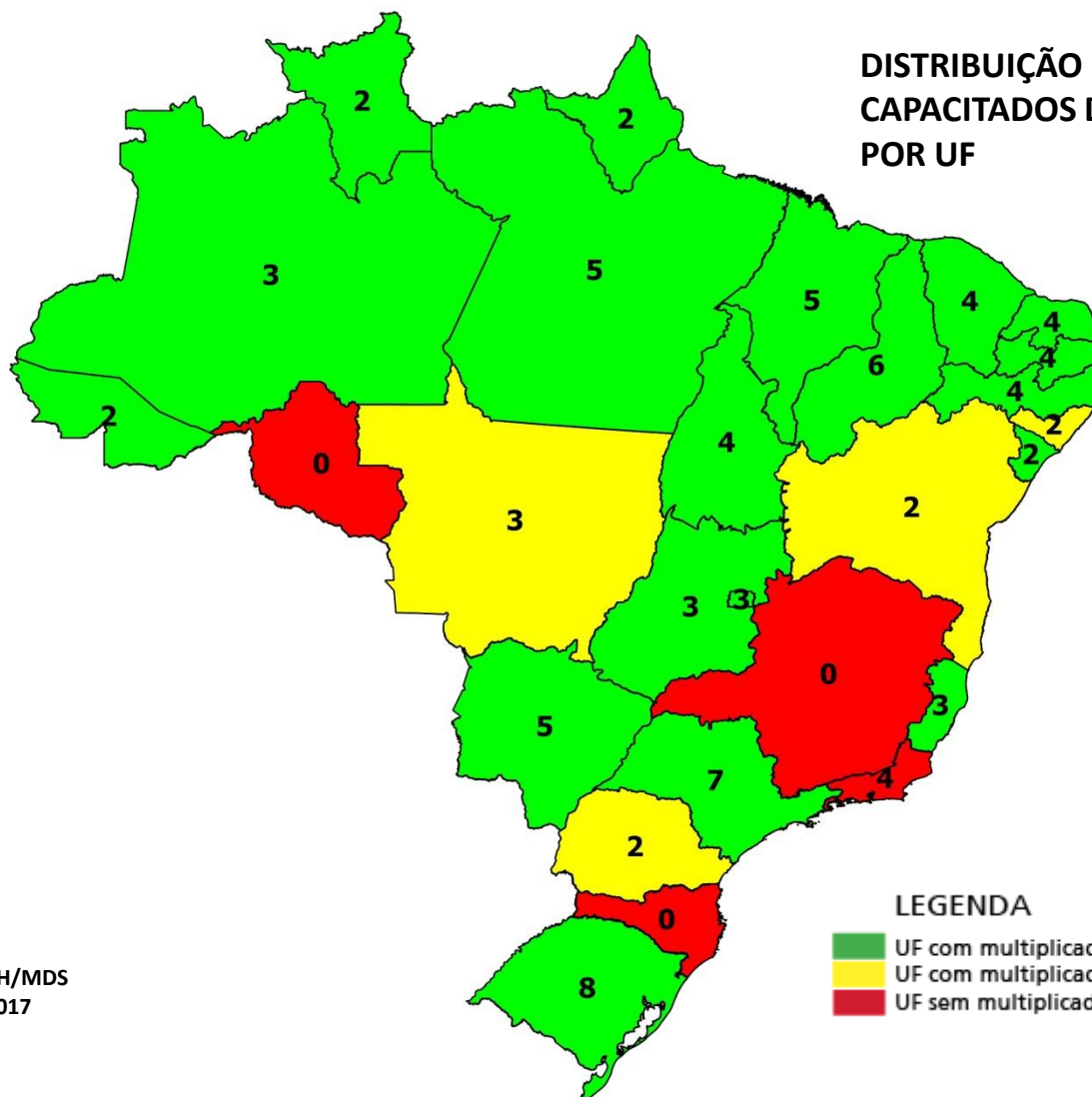
FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



DISTRIBUIÇÃO DOS MULTIPLICADORES CAPACITADOS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ POR UF

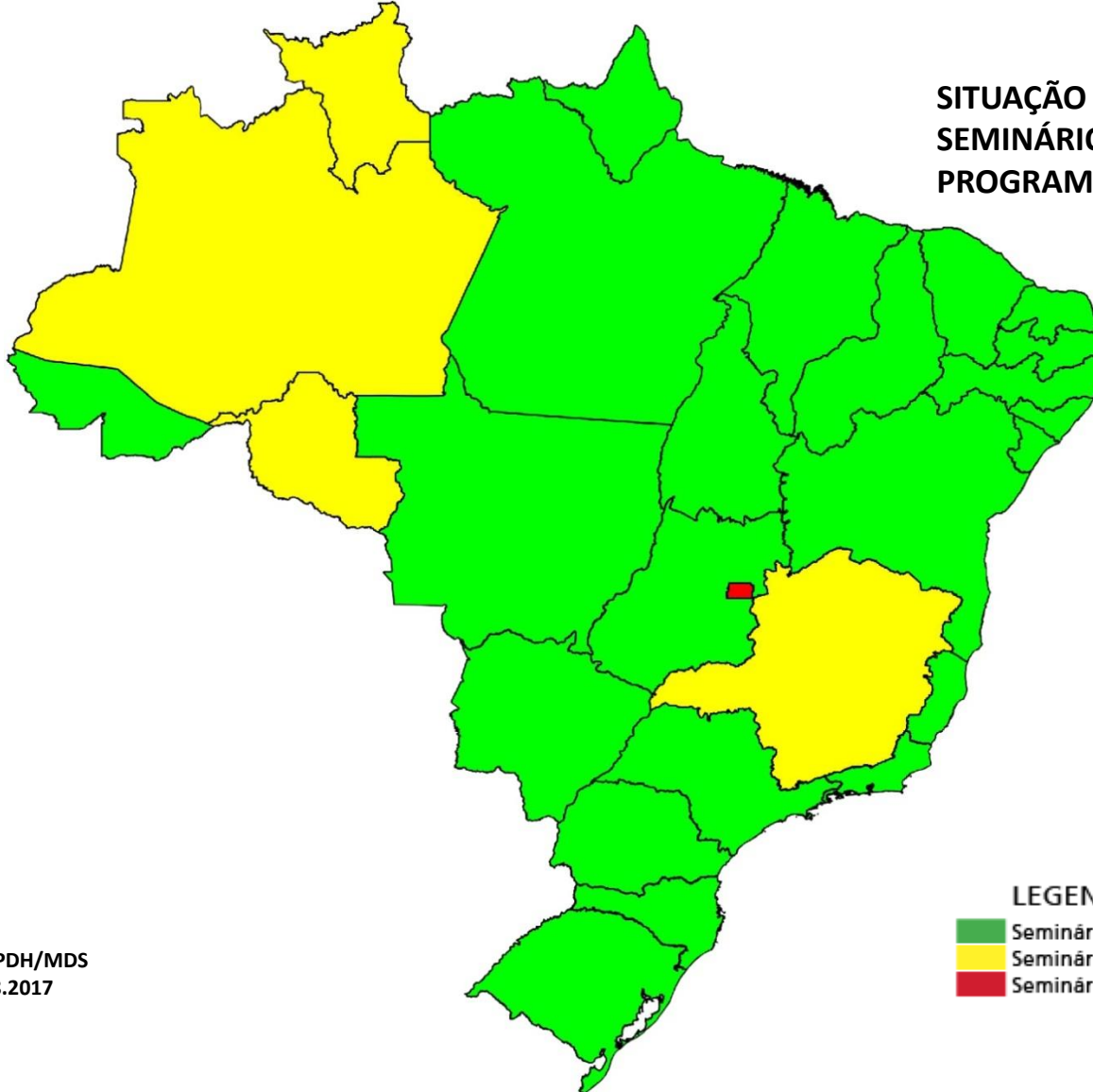


LEGENDA

- UF com multiplicadores capacitados em número suficiente
- UF com multiplicadores capacitados em número insuficiente
- UF sem multiplicadores capacitados

FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017

SITUAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS SEMINÁRIOS DE ALINHAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ POR UF



LEGENDA

-  Seminário já realizado
-  Seminário agendado
-  Seminário não agendado

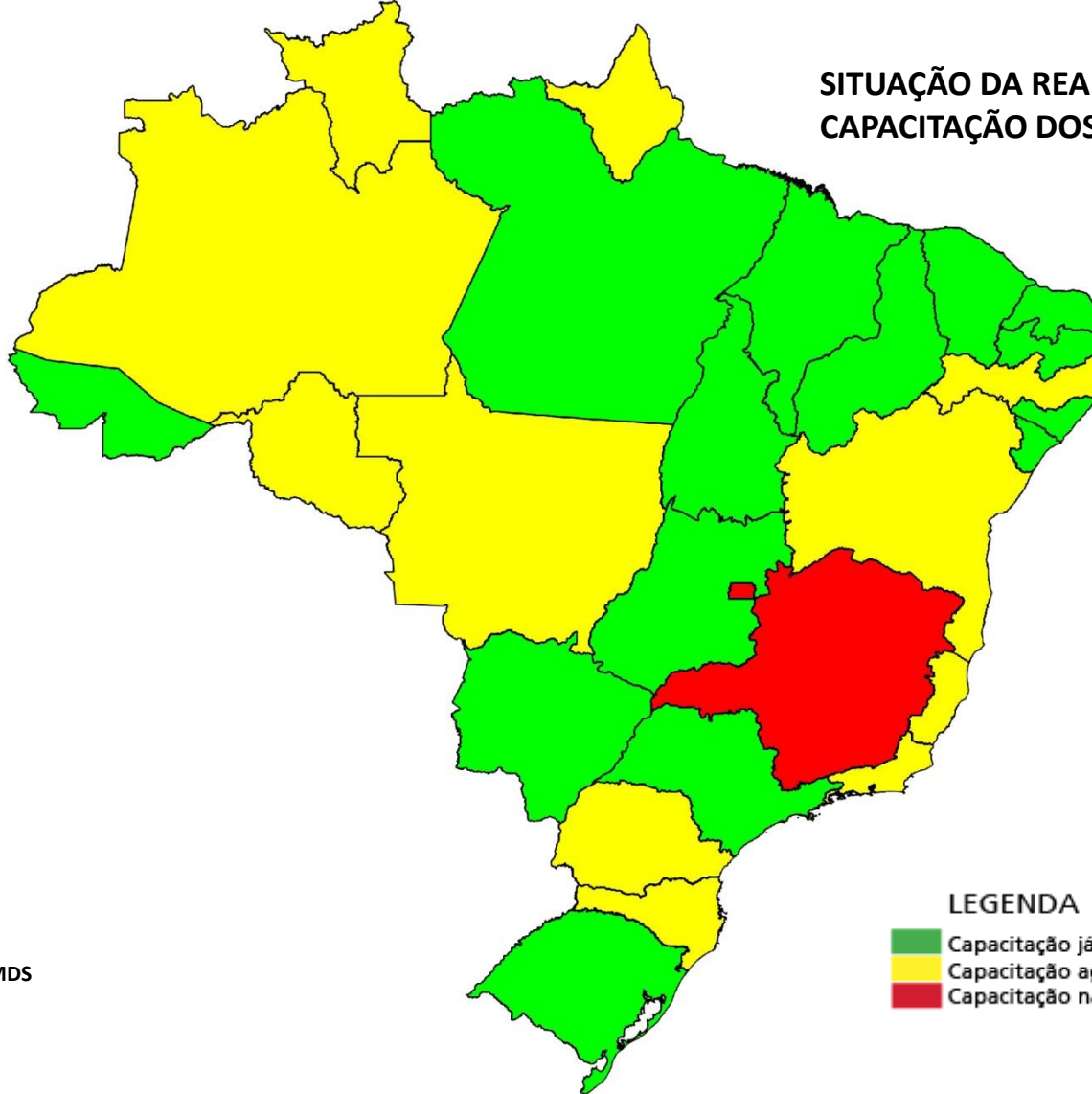
FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



SITUAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS SUPERVISORES POR UF



LEGENDA

- Capacitação já realizada
- Capacitação agendada
- Capacitação não agendada

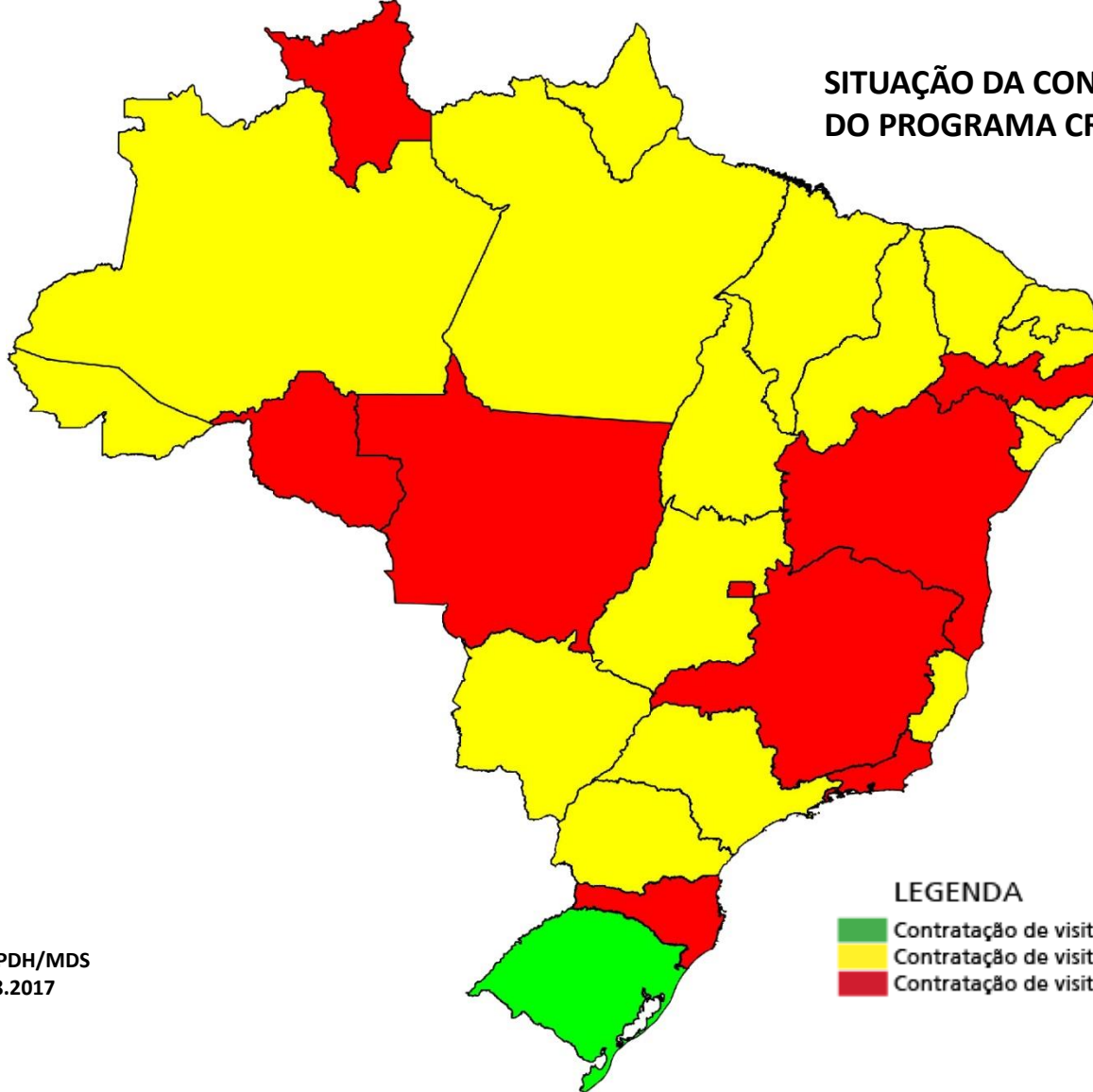
FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



SITUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DOS VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ POR UF



LEGENDA

- Contratação de visitantes finalizada
- Contratação de visitantes iniciada
- Contratação de visitantes não iniciada

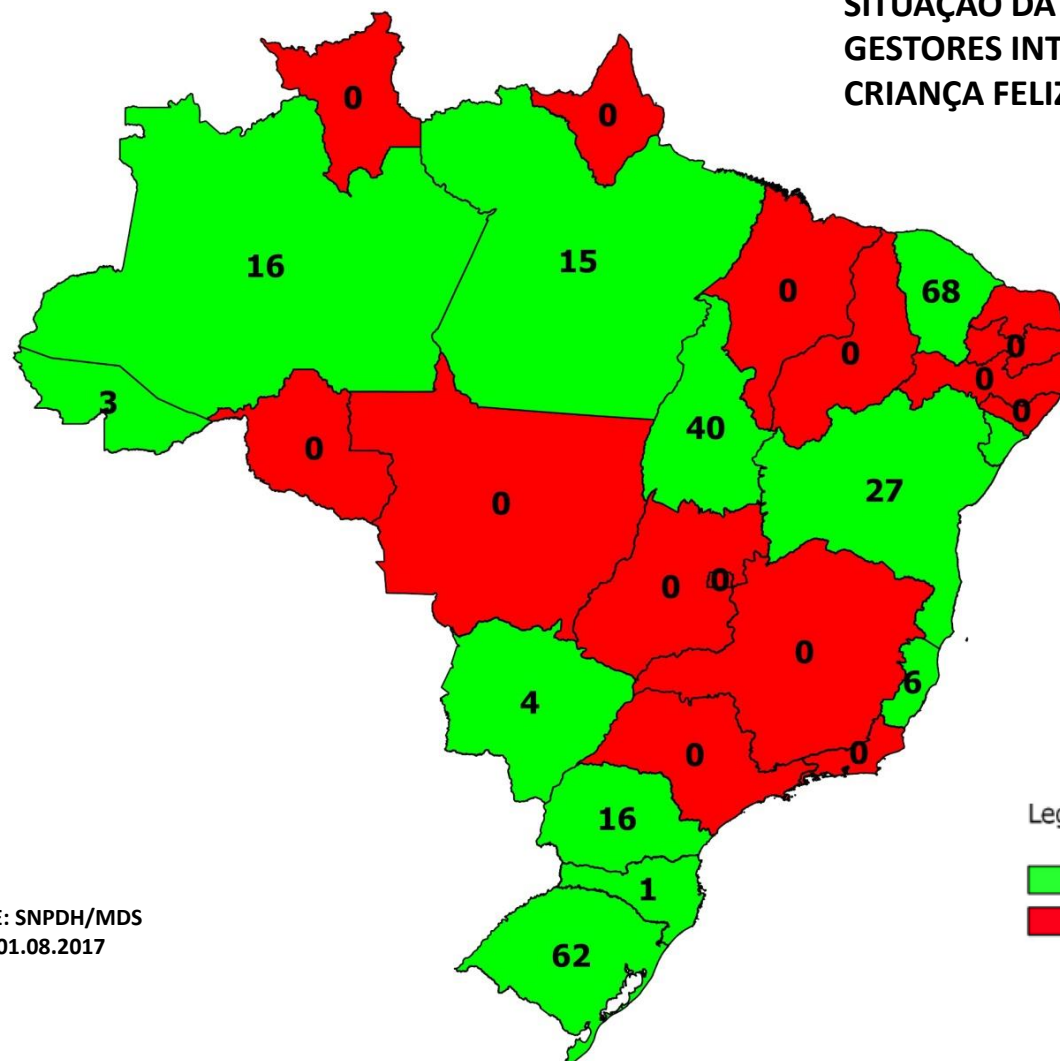
FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



SITUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DOS COMITÊS GESTORES INTERSETORIAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ POR UF



Legenda

- UF com Comitês Municipais do Programa já instituídos
- UF sem Comitês Municipais do Programa instituídos

FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Capacitação de multiplicadores estaduais no CDC. Local: Brasília-DF. Data: 19.05.2017



Capacitação de multiplicadores estaduais no Guia da Visita Domiciliar. Local: ENAP.

Data: 29.05.2017



Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz. Local: Vitória/ES



Reunião Técnica com Supervisores Municipais do PCF. Local: Cuiabá/MT. Data: 20.06.2017



Seminário Criança Feliz. Local: São Paulo/SP. Data: 20.06.2017

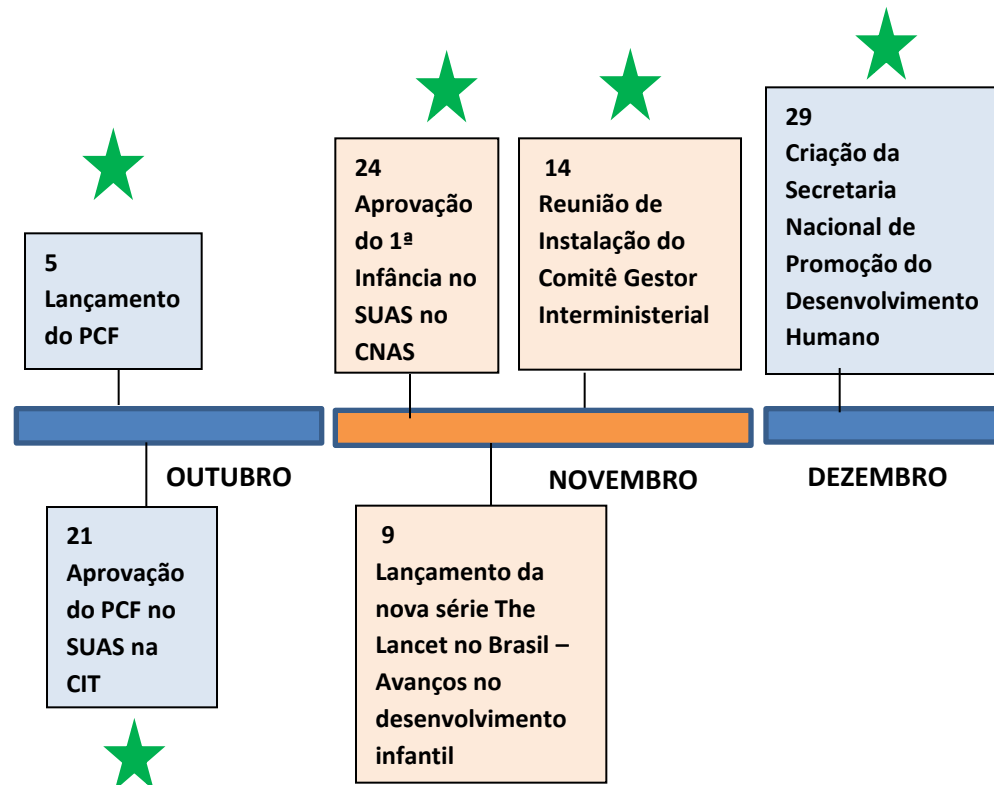


Supervisores municipais do Programa Feliz. Local: Cuiabá/MT. Data: 21.06.2017

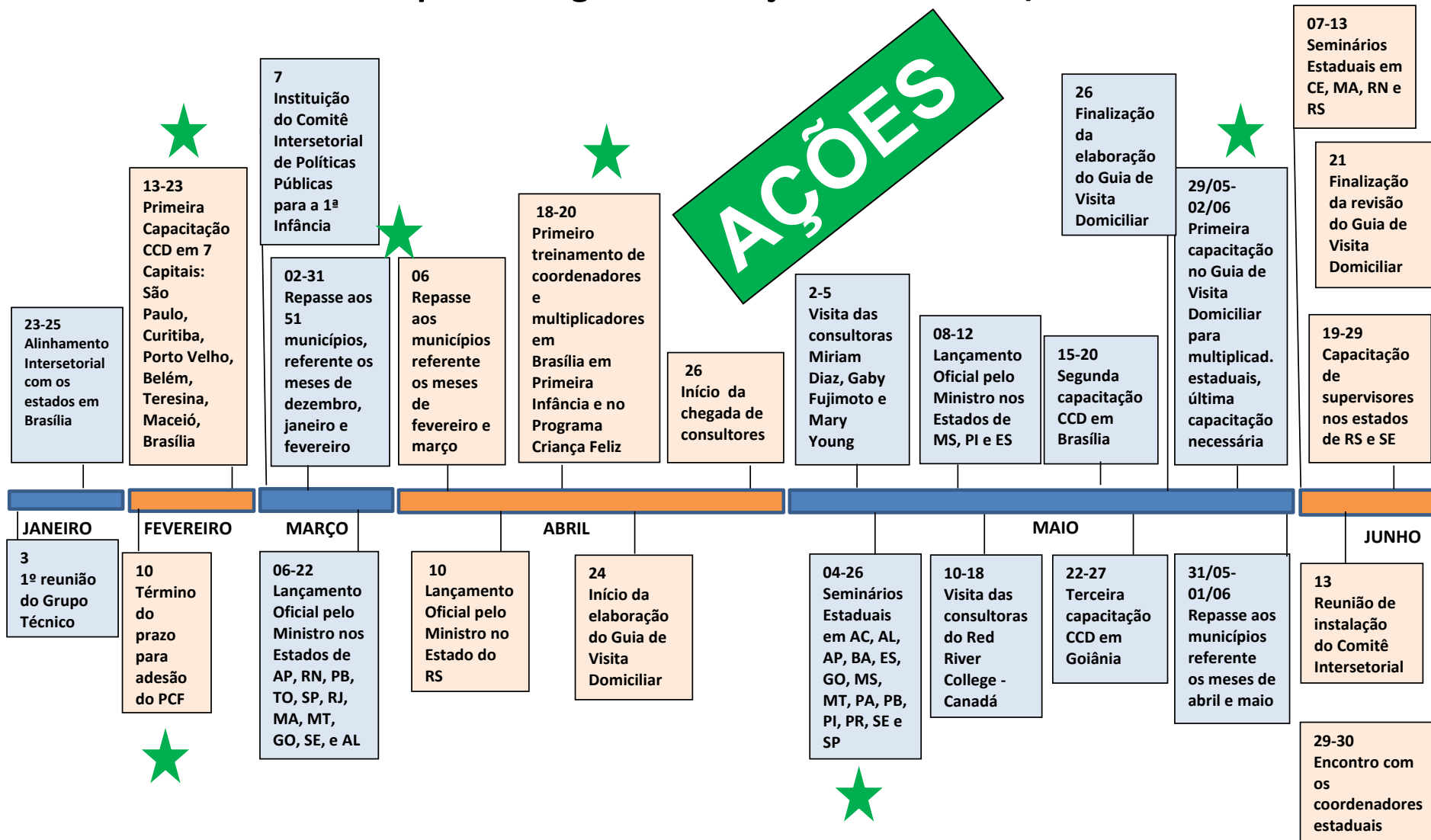


Linha do Tempo do Programa Criança Feliz – 2º sem/2016

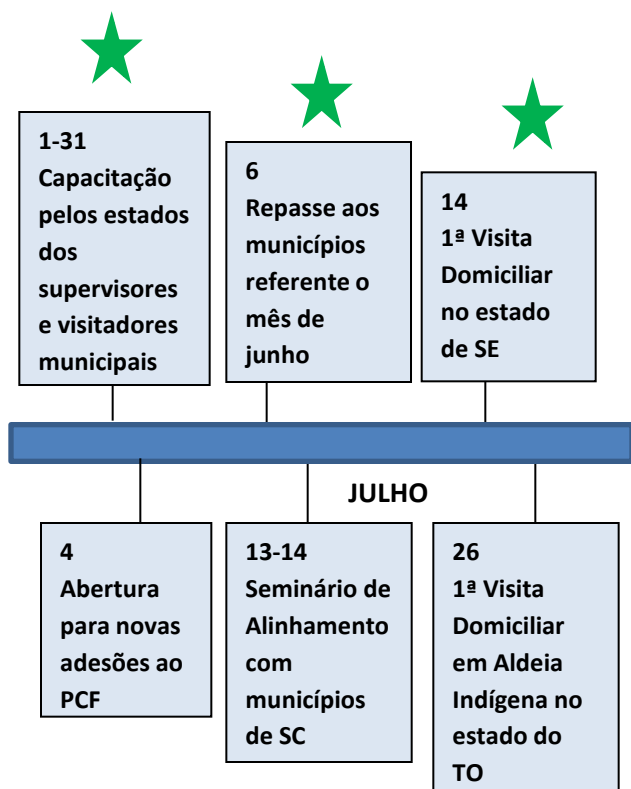
AÇÕES



Linha do Tempo do Programa Criança Feliz – 1º sem/2017



Linha do Tempo do Programa Criança Feliz – 2º sem/2017



AÇÕES

Primeira turma de supervisores municipais capacitados. Local: Sergipe/SE.
Data: 23.06.2017



Capacitação de supervisores estaduais. Local: Palmas/TO. Data: 26.06.2017



**Capacitação de multiplicadores estaduais no CDC. Local:
Recanto das Emas-DF. Data: 19.05.2017**



Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz. Local: Porto Alegre/RS. Data: 13.06.2017



Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz. Local: Curitiba/PR. Data: 23.05.2017



Seminário do PCF no Estado de São Paulo. Local: Piratininga/SP. Data: 21.06.2017



PUBLICAÇÕES



**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E
O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
Perguntas e Respostas
para Visitadores do Programa Criança Feliz

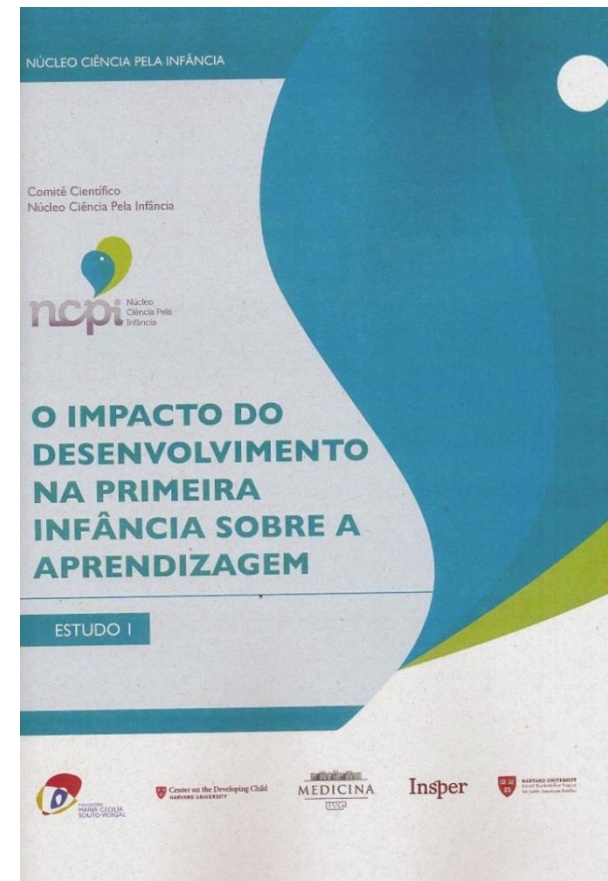
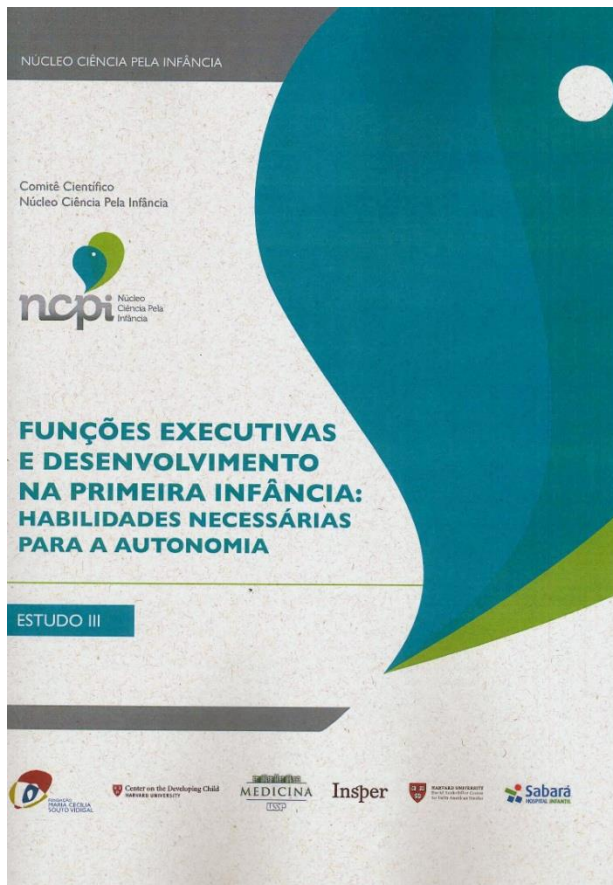
FONTE: MDS/SNPDH
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



PUBLICAÇÕES



FONTE: MDS/SNPDPH

Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



PUBLICAÇÕES

**Principais itens de
despesas a serem
realizadas com recursos
do Programa
Criança Feliz**

Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
Programa Criança Feliz



Cuidados para o Desenvolvimento
da Criança (CDC)

Notas do Multiplicador

Tradução realizada pela equipe técnica do Instituto Alfa e Beto com autorização do Unicef.
Tradução do original: Care for Child Development.
2012
Autores: Patrice Engle e Jane E. Lucas

Enciclopédia
sobre o Desenvolvimento
na Primeira Infância



**Importância do desenvolvimento
infantil**

Tradução: RBC. Revisão de Textos: Revisão Técnica: Sauli Cypri. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal | Revisão
Final: Alessandra Schneider, CONASS

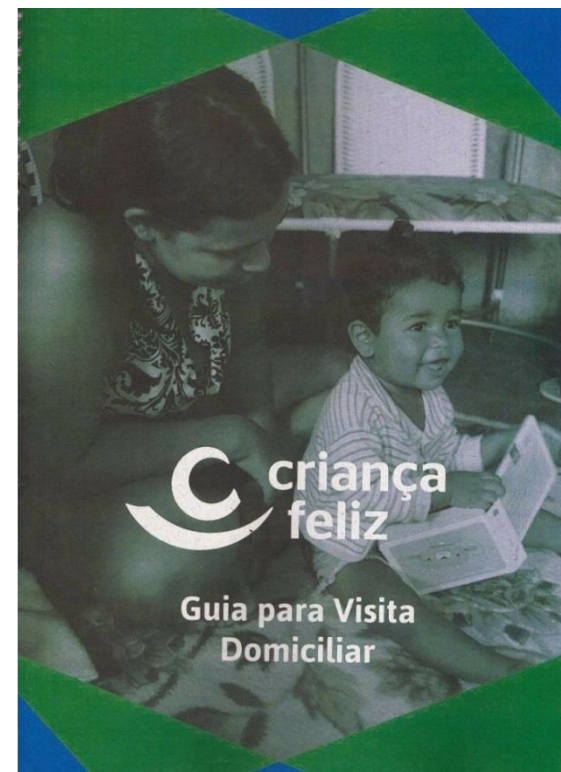
FONTE: MDS/SNPDH
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



PUBLICAÇÕES



FONTE: MDS/SNPDH
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Seminário Estadual do Programa Criança Feliz. Local: Rio Branco/AC. Data: 16.05.2017



Seminário do Programa Criança Feliz. Local: Boa Vista/RR. Data: 16.05.2017



Capacitação de supervisores de Sergipe. Local: Aracaju/SE.



Capacitação de supervisores do Pará. Local: Belém/PA



#SomosSeaster

Secretaria de
Assistência Social,
Trabalho, Emprego e Renda



Seaster PA Seaster Pará www.seaster.pa.gov.br

Reunião do Programa Criança Feliz no Piauí. Local: Teresina/PI



PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - ADEÇÃO E REPASSES - ESTADOS E MUNICÍPIOS - JULHO/2017

ESTADO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS C/ ADEÇÃO	REPASSE ESTADUAL		REPASSE MUNICIPAL
			DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
AC	22	17	27/12/2016	350.000,00	650.000,00
AL	102	82	14/03/2017	665.940,00	3.270.000,00
AM	62	47	10/01/2017	503.774,00	1.537.500,00
AP	16	4	03/02/2017	350.000,00	112.500,00
BA	417	311	03/02/2017	1.500.000,00	10.560.000,00
CE	184	170	03/02/2017	1.165.154,00	8.050.000,00
DF	1	0	14/03/2017	240.000,00	0,00
ES	78	19	10/01/2017	601.706,00	875.000,00
GO	246	96	03/02/2017	727.503,00	3.475.000,00
MA	217	164	03/02/2017	1.083.522,00	5.687.500,00
MG	853	243		0,00	7.727.500,00
MS	79	27	28/12/2016	537.554,00	1.400.000,00
MT	141	37	10/01/2017	666.208,00	1.472.500,00
PA	144	89	03/02/2017	829.339,00	3.460.000,00
PB	223	167	03/02/2017	1.042.177,00	5.037.500,00
PE	185	132	03/05/2017	1.005.659,00	5.690.000,00
PI	224	173	28/12/2016	1.105.578,00	5.187.500,00
PR	399	89	28/12/2016	1.248.437,00	3.985.000,00
RJ	92	50	10/01/2017	714.461,00	4.387.500,00
RN	167	126	10/01/2017	851.449,00	3.690.000,00
RO	52	16	03/02/2017	375.966,00	462.500,00
RR	15	14	28/12/2016	350.000,00	612.500,00
RS	497	72	28/12/2016	816.528,00	3.020.000,00
SC	295	11		0,00	350.000,00
SE	75	63	28/12/2016	578.190,00	1.875.000,00
SP	645	222	28/12/2016	1.500.000,00	10.690.000,00
TO	139	43	28/12/2016	608.348,00	1.105.000,00
TOTAL:	5570	2484		R\$ 19.417.493,00	R\$ 94.475.000,00
TOTAL GERAL DOS REPASSES ESTADUAIS E MUNICIPAIS :				R\$ 113.892.493,00	

FONTE: SNPDH/MDS
Data: 01.08.2017



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



Metas e Recursos Financeiros

Ano	Meta de indivíduos visitados/mês	Período de Adesão	Recursos Financeiros (R\$)
2017	373.700	Novembro a Fevereiro	314 milhões
	523.250	Julho a Agosto	
	1.000.000	Outubro a Novembro	
2018	1.400.000	Abril a Maio	1,02 bilhão (previsão)
	1.800.000	Novembro	

Observação: os recursos financeiros incluem o repasse anual aos Estados

Visita domiciliar no município de Pacatuba, no estado de Sergipe. Dia 14 de julho



SE



SE

Visita domiciliar no município de Pacatuba, no estado de Sergipe.
Dia 14 de julho



Visitadora do município de Boqueirão, no estado da Paraíba.
Dia 20 de julho.



Visita domiciliar na Aldeia Porteira, município de Tocantínia-TO.
Dia 26 de julho



Visitadores do Pará, no município de São Domingos do Capim.
Dia 27 de julho



PA



Visitadores do Pará, no município de São Domingos do Capim. Dia 27 de julho

PA



Visita domiciliar no município de Vera Cruz, no estado de São Paulo.

Dia 27 de julho



RS

Visita domiciliar do PIM/PCF, no Rio Grande do Sul

Visita ,no município de São Miguel da Laje, no estado de Alagoas. Dia 01 de agosto



Visita ,no município de São Miguel da Laje, no estado de Alagoas. Dia 01 de agosto



AL



Visita domiciliar em Joaquim Pires – PI
02 de agosto de 2017

CLIPPING DE NOTÍCIAS



25 de julho de 2017

Seminário debate implantação de Plano Municipal pela Primeira Infância



Com o objetivo de discutir as políticas públicas para a primeira infância, aconteceu nesta segunda-feira (24), na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Jacarecica, o Seminário de Lançamento do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). O Plano abrangerá os direitos da criança de até seis anos de idade com abordagem intersetorial e a participação de instituições e setores do governo municipal e da sociedade civil.

O evento contou com a presença de representantes de entidades governamentais, não governamentais e do setor privado, entre eles a assistente social da Secretaria de

Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Simone Sampaio, que apresentou um panorama do programa Criança Feliz em Alagoas.

"O programa Criança Feliz vem para apoiar as ações municipais voltadas à primeira infância, com um trabalho integrado entre em diversas áreas. Assim como os planos municipais, que são constituídos de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município. Juntas, essas duas iniciativas podem ampliar ainda mais o número de famílias atendidas por essa grande rede de proteção que está sendo formada", disse.

25 de julho de 2017

Seminário debate implantação de Plano Municipal pela Primeira Infância



Plano abrangerá os direitos da criança de até seis anos de idade

Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Simone Sampaio, que apresentou um panorama do programa Criança Feliz em Alagoas.

"O programa Criança Feliz vem para apoiar as ações municipais voltadas à primeira infância, com um trabalho integrado entre em diversas áreas. Assim como os planos municipais, que são constituídos de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município. Juntas, essas duas iniciativas podem ampliar ainda mais o número de famílias atendidas por essa grande rede de proteção que está sendo formada", disse.

Indígenas vão receber programa social Criança Feliz

Por Da Redação - 25/07/2017

A Aldeia Indígena Porteira, em Tocantina, será a primeira comunidade a receber as visitas da equipe do Programa Criança Feliz (PCF) no Estado do Tocantins nesta quarta-feira, 26. Além da equipe de referência do Município, a visita contará ainda com a presença da Secretária do Trabalho e Assistência Social, Patrícia do Amaral, da equipe do PCF do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e representantes da coordenação estadual e Comitê Gestor Intersetorial do Programa.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



CLIPPING DE NOTÍCIAS



Concursos Processos Seletivos Cidades São Vicente

Prefeitura de São Vicente divulga Processo Seletivo para o “Programa Criança Feliz”, veja edital

Por: Chagrinha Net - 20 de julho de 2017



Depois de perderem oportunidade, Ananás e São Sebastião ganham chance de aderir ao Programa Criança Feliz

Site do Papequi

20 de julho de 2017 234



Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio Criou o “Programa Criança Feliz”

Por: Redação - 19 de julho de 2017 às 12:29



Supervisores do programa Criança Feliz recebem capacitação

17/07/2017 18h 30



LAGOA DO SÍTIO; Programa Criança Feliz dá seus primeiros passos.

18/07/2017 admin 0 Comentários



JOAÇABA

17/07/2017 às 19:00

Prefeitura de Joaçaba adere ao Programa Criança Feliz



Sergipe é primeiro estado do país a capacitar supervisores do Programa Criança Feliz



17/07/2017 00:27:04

Primeira Infância avança em Alagoas



Supervisores serão capacitados para atuar no Programa Criança Feliz

16 de julho de 2017

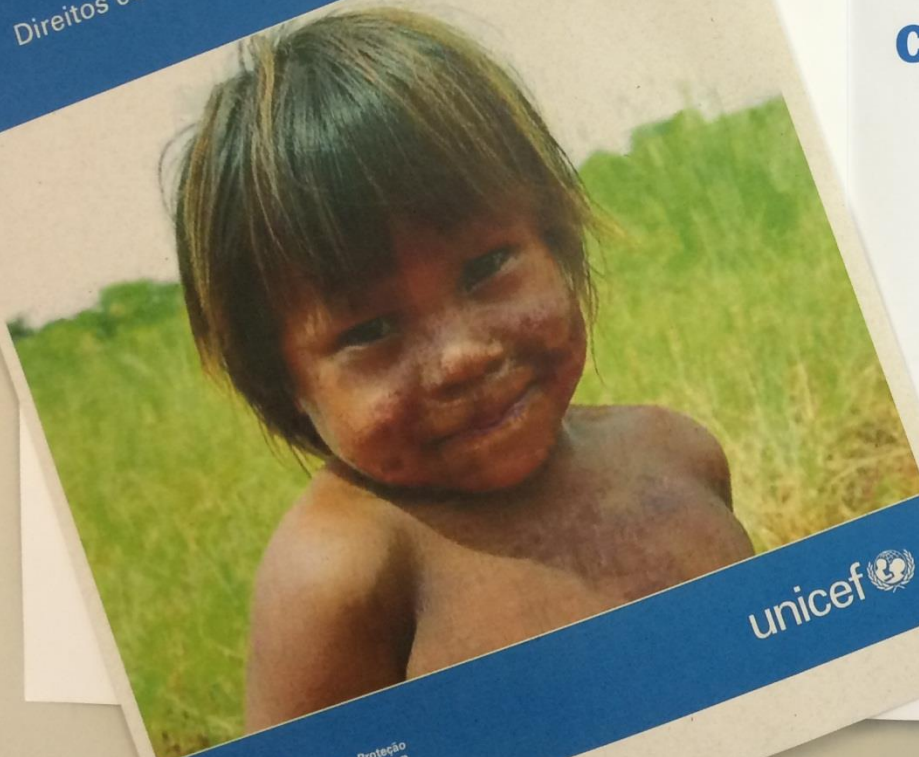


MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



O município e a criança de até 6 anos

Direitos cumpridos, respeitados e protegidos



unicef 

Para cada criança
Saúde, Educação, Igualdade, Proteção
FAZENDO A HUMANIDADE AVANÇAR

Fundo das Nações Unidas para a Infância

O município e a criança de até 6 anos

Direitos cumpridos, respeitados e protegidos

Halim Antonio Girade e Vital Didonet (coordenadores)

Brasília
2005

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Marie-Pierre Poirier

Representante do UNICEF no Brasil

Manuel Rojas Buvnich

Oficial sênior de programas do UNICEF no Brasil

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar

Brasília, DF – 70750-521

www.unicef.org.br

brasilia@unicef.org

PRODUÇÃO EDITORIAL

Cross Content Comunicação Integrada

www.crosscontent.com.br

contatos@crosscontent.com.br

Edição: Andréia Peres e Marcelo Bauer. Reportagem: Aline Falco, Ana Flávia Flores, Marco Aurélio Merguizzo, Milton Belintasi, Luiz Sampaio e Patrícia Andrade. Revisão: Regina Pereira e Rosimeire Ribeiro. Edição de Arte: Cristiano Rosa. Diagramação: David Michelsohn e José Dionísio Filho. Fotos: UNICEF/Mila Petrillo. Foto de capa: UNICEF/Halim Antonio Girade.

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Ideal Ltda.

A reprodução desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – 2005

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O município e a criança de até 6 anos: direitos cumpridos, respeitados e protegidos/Halim Antonio Girade e Vital Didonet (coordenadores). – Brasília, DF: UNICEF, 2005.

Bibliografia.

ISBN 85-87685-02-3

1. Crianças - Direitos 2. Municípios - Brasil

I. Girade, Halim. II. Didonet, Vital.

05-6138 CDD-353.5360981

Índices para catálogo sistemático:

1. Municípios e crianças de até 6 anos: Ações públicas: Administração pública: Brasil 353.5360981

Sumário

Agradecimentos 4

Prefácio 6

A criança como prioridade 8

Parte 1 – O que os municípios devem ter

1 - Sistema de Garantia de Direitos	10
2 - Conselhos Tutelares	16
3 - Conselho dos Direitos	20
4 - Conselhos setoriais	24
5 - Sistema de informações	28
6 - Orçamento Criança	34
7 - Sistema Único da Assistência Social	38
8 - Bolsa Família	42
9 - Saúde	48
10 - Saneamento básico e habitação	56
11 - Pacs, PSF e Pastoral da Criança	62
12 - Iniciativa Hospital Amigo da Criança	70
13 - Políticas de combate à dengue	76
14 - Políticas de combate à malária	82
15 - Políticas de enfrentamento de DST e Aids	86
16 - Creche e pré-escola	90
17 - Espaços para brincar	94
18 - Políticas para crianças com deficiência	98
19 - Políticas de combate à violência	102
20 - Sistema de registro civil	108
21 - Direito à convivência familiar e comunitária	114

Parte 2 – O que os atores sociais podem fazer

1 - O profissional de assistência social	120
2 - O agente de segurança pública	124
3 - O integrante de comunidades organizadas	128
4 - O conselheiro	132
5 - O empresário	136
6 - A família	140
7 - O jornalista	144
8 - O juiz, o promotor e o defensor público	150
9 - O prefeito	156
10 - O profissional de educação	160
11 - O profissional de saúde	164
12 - O radialista	168
13 - O integrante de instituições religiosas	172
14 - O integrante de sindicatos e entidades de classe	176
15 - O vereador	180



Sistema Único da Assistência Social

CAPÍTULO
7

Criado com o objetivo de universalizar ações sociais de proteção básica à família, o Sistema Único da Assistência Social pode ser um caminho para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários para crianças de até 6 anos. Para isso, é importante que a prefeitura se habilite no novo sistema

Em outubro de 2004, o governo federal lançou uma nova Política Nacional de Assistência Social, com o objetivo de instituir o Sistema Único da Assistência Social (Suas), um modelo de gestão para a área nos níveis nacional, estadual e municipal. Concebido a partir de discussões com diversos atores sociais e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, tem como principal meta universalizar o atendimento à família no país ao longo da próxima década. O sistema modifica a lógica de organização da assistência social. Em virtude da grande mudança que propõe, é importante que os diversos atores municipais entendam a sua abrangência e lutem pela sua implementação.

Em vez da destinação de recursos federais para programas específicos no município, foram estabelecidos pisos e incentivos que variam de acordo com o nível de gestão do município. Cada município tem autonomia para organizar sua rede de proteção socioassistencial conforme sua necessidade. Devido às diferenças regionais, a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social passa a levar em consideração informações sociais, econômicas e demográficas. Dessa forma, eles recebem recursos de acordo com suas reais necessidades e peculiaridades.

O Suas em questão

O modelo do Suas é descentralizado e participativo. Ele se organiza em dois níveis de proteção ofertada pelos municípios: Básica e Especial de média e alta complexidade.

Proteção social básica – Ações de caráter preventivo cujo objetivo é fortalecer laços familiares e comunitários. Exemplos: Programa de Atenção Integral à Família e a atenção a crianças de até 6 anos.

Proteção especial de média complexidade – Destinada a situações nas quais os direitos do indivíduo ou da família foram violados, mas há vínculos familiares ou comunitários. Exige estrutura de atendimento individualizado e monitoramento sistemático. É o caso do programa de erradicação do trabalho infantil e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

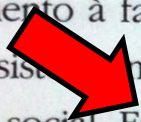
Proteção especial de alta complexidade – Ações que garantem proteção integral para quem está em situação de risco e precisa deixar o núcleo familiar e comunitário. É o caso, por exemplo, da implementação de abrigos ou programas de família substituta para crianças vítimas de violência.

Reflexão

Seu município já está habilitado no Suas? Os gestores municipais conhecem as regras do sistema? O município preenche os requisitos para oferecer atendimento integral às famílias?



Em outubro de 2004, o governo federal lançou uma nova Política Nacional de Assistência Social, com o objetivo de instituir o Sistema Único da Assistência Social (Suas), um modelo de gestão para a área nos níveis nacional, estadual e municipal. Concebido a partir de discussões com diversos atores sociais e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, tem como principal meta universalizar o atendimento à família no país ao longo da próxima década. O sistema modifica a lógica de organização da assistência social. Em virtude da grande mudança que propõe, é importante que os diversos atores municipais entendam a sua abrangência e lutem pela sua implementação.



Em vez da destinação de recursos federais para programas específicos no município, foram estabelecidos pisos e incentivos que variam de acordo com o nível de gestão do município. Cada município tem autonomia para organizar sua rede de proteção socioassistencial conforme sua necessidade. Devido às diferenças regionais, a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social passa a levar em consideração informações sociais, econômicas e demográficas. Dessa forma, eles recebem recursos de acordo com suas reais necessidades e peculiaridades.

O Suas em questão

O modelo do Suas é descentralizado e participativo. Ele se organiza em dois níveis de proteção ofertada pelos municípios: Básica e Especial de média e alta complexidade.

Proteção social básica – Ações de caráter preventivo cujo objetivo é fortalecer laços familiares e comunitários. Exemplos: Programa de Atenção Integral à Família e a atenção a crianças de até 6 anos.

Proteção especial de média complexidade – Destinada a situações nas quais os direitos do indivíduo são violados ou há riscos de violação. Exige estrutura de

Reflexão

Seu município já está habilitado no Suas? Os gestores municipais conhecem as regras do sistema? O município preenche os requisitos para oferecer atendimento integral às famílias?